

Crise na Bolívia (08/04/05)

Ciro Marques Russo
08/04/05

O prolongamento da crise sociopolítica da Bolívia desperta inúmeras incertezas a respeito do futuro deste país, considerado como o mais pobre da América do Sul. A situação crítica de instabilidade é atestada por seus desdobramentos nos diversos setores da sociedade boliviana, indo desde os bloqueios de estradas promovidos por sindicatos até as constantes divergências entre os ramos do governo.

Antes de se analisar a crise boliviana sob a perspectiva de seus condicionantes nacionais, convém indagar em que medida este impasse está relacionado às demais instabilidades vividas por outros países sul-americanos. Excetuando-se o Chile, a América do Sul tem apresentado nesses últimos anos um quadro geral marcado por um sentimento de fracasso das políticas neoliberais. Este também é o caso da Bolívia, onde denúncias constantes de corrupção durante a onda privatizante de 1995-97 somam-se à incapacidade do Estado de fiscalizar as concessionárias estrangeiras.

Enquanto segmentos da população reclamam da entrega dos recursos naturais bolivianos a elementos exógenos, o governo procura enfatizar a necessidade de insumos estrangeiros para o país. Tomemos como exemplo o papel do gás natural boliviano. Como recurso natural, o gás natural representa uma importante fonte de poder do Estado boliviano e principal instrumento de barganha no cenário internacional. A falta de fiscalização e rigor quanto a sua comercialização poderia acarretar assim uma perda substancial do poder boliviano.

Por outro lado, a Bolívia precisa urgentemente de recursos financeiros e o governo boliviano revela-se cauteloso em comprometer sua principal fonte de comércio internacional. Diante disso, o diálogo e a cooperação entre os países sul-americanos oferecem boas perspectivas para a busca de uma solução conjunta aos problemas comuns enfrentados por estes países.

No âmbito interno, a degradação das condições de vida da população boliviana representa outro fator que contribui para a falta de confiabilidade nas instituições políticas do país, que se dizem de cunho democrático. Segundo Robert Dahl, um regime democrático só pode ser considerado como tal se permitir a contestação pública e for consideravelmente inclusivo. O apelo a bloqueios de cidades bolivianas, no entanto, atesta para a existência de grupos sociais que não apresentam confiança no sistema político e optam pela paralisação econômica do Estado como um meio mais eficiente de realizar suas contestações. Já os movimentos de cunho separatista ou autonomista atentam para o fato que segmentos consideráveis da sociedade boliviana não possuem confiança no sistema político de seu país.

Já Joseph Schumpeter define regime democrático como aquele caracterizado pela luta competitiva entre os partidos políticos pelos votos dos eleitores. Os partidos seriam um meio de canalizar as vontades dos cidadãos e as eleições periódicas representariam um método de a sociedade escolher os candidatos que melhor representam seus interesses. No caso boliviano, observam-se parlamentares que recorrentemente abandonam suas colorações partidárias para expor posições individuais, contribuindo tanto para o enfraquecimento dos partidos políticos como para a falta de opções para o governo. Assim, o pedido de renúncia de Carlos Mesa somente funcionou como estratégia para exigir governabilidade dos parlamentares e angariar apoio para suas reformas devido à clara percepção do presidente de que não havia substitutos imediatos capazes de obter a legitimação por parte da sociedade.

Diante de tais problemas, faz-se urgente o fortalecimento dos partidos e a criação de instituições sólidas e capazes de promover um ambiente político-social estável. Estas instituições estariam assim possibilitadas de acomodar as necessidades urgentes do Estado com as reivindicações da sociedade boliviana, procurando tanto o diálogo intra-estatal como interestatal, especialmente com os demais países sul-americanos.